

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.346.433 - PR (2018/0208086-1)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : PAVIMENTAÇÕES E TERRAPLENAGENS SCHMITT LTDA
ADVOGADO : CLEVERSON JOSÉ GUSSO - PR029075
AGRAVADO : JOAO PINTO DE SOUZA FILHO
AGRAVADO : N. A. BOTTEGA & CIA. LTDA
ADVOGADO : PATRIK ODAIR DE OLIVEIRA - PR044627
AGRAVADO : DEOCLECIANO DE OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADO : FÁBIO FERREIRA - PR029348

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). DENUNCIAÇÃO À LIDE. REJEIÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por PAVIMENTAÇÕES E TERRAPLENAGENS SCHMITT LTDA em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS MATERIAIS E ESTÉTICOS. DENUNCIAÇÃO À LIDE. DECISÃO AGRAVADA QUE REJEITOU O PEDIDO, TODAVIA DEIXOU DE FIXAR HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.

1. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE.

2. DENUNCIAÇÃO À LIDE OFERECIDA PELA RÉ. RESISTÊNCIA DA DENUNCIADA. DENUNCIAÇÃO REJEITADA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CORREÇÃO DE OFÍCIO. PRINCÍPIO DA

Superior Tribunal de Justiça

CAUSALIDADE. ÔNUS SUCUMBENCIAL. CONDENAÇÃO DA DENUNCIANTE AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA LIDE SECUNDÁRIA. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO SEDIMENTADO PELO STJ. OBSERVÂNCIA DO ART. 85, §2º E §8º, DO CPC/2015.
3. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO (e-STJ fls. 110/111).

Nas razões do especial, a recorrente, além de apontar dissídio jurisprudencial, alegou que houve ofensa ao art. 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese, que o valor fixado a título de verba honorária, qual seja, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) seria irrisório, pois não corresponderia sequer a 1% (um por cento) do valor atualizado da causa.

Ao final, pugnou para que os honorários advocatícios fossem majorados, observando-se os limites legais para seu arbitramento.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 160).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 161/162), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 165/169 (e-STJ).

Sem impugnação (e-STJ fl. 172).

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, observa-se que o Tribunal *a quo*, ao julgar o agravo de instrumento interposto pela ora recorrente, reconheceu o cabimento de honorários advocatícios e os fixou nos seguintes termos:

*Na forma da fundamentação supra, condeno a denunciante, ora agravada, N.A. BOTTEGA & CIA LTDA., ao pagamento dos honorários advocatícios na lide secundária em favor do patrono da denunciada/agravante, os quais fixo em R\$2.000,00 (dois mil reais), **em razão do proveito econômico inestimável**, atendendo ao que dispõe o art. 85, §2º, incisos I, II, III e IV, e §8º, ambos do Código de Processo Civil de 2015.*

4. *Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e dar provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela litisdenunciada PAVIMENTAÇÕES E TERRAPLANAGENS*

Superior Tribunal de Justiça

SCHMITT LTDA., reformando a decisão interlocutória agravada, a fim de: i) corrigir, de ofício, a parte da decisão que determinou a extinção da lide secundária, sob fundamento diverso, determinando a sua extinção sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil/2015; ii) condenar a ré N.A. BOTTEGA & CIA LTDA., ao pagamento dos honorários advocatícios na lide secundária, em favor do patrono da denunciada/agravante, os quais fixo em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em razão do proveito econômico inestimável, atendendo ao que dispõe o art. 85, §2º, incisos I, II, III e IV, e §8º, ambos do Código de Processo Civil de 2015 (e-STJ fl. 117/118).

Como se observa, a Corte de origem firmou a premissa de que o proveito econômico na lide secundária seria inestimável, de modo que, com esteio nos §§ 2º e 8º do art. 85 do CPC/2015, arbitrou a verba honorária em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Por seu turno, a recorrente indica como base de cálculo dos honorários um valor que, segundo alega, seria o da causa principal, o que evidenciaria a estipulação da verba em patamar ínfimo.

Nessa ordem de ideias, não há como afastar as premissas firmadas pelo Tribunal local, nem como aferir as assertivas da parte, sem realizar o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos. Com efeito, seria necessário avaliar se no caso concreto o valor da lide secundária coincidiria com aquele relativo à causa principal e, em caso positivo, seria preciso verificar qual seria efetivamente essa quantia.

Contudo, o revolvimento de matéria fática não é permitido em sede especial, conforme dispõe a Súmula 7/STJ.

Dessarte, a pretensão recursal não ultrapassa óbice intransponível.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

